



O apóstolo Pedro como fundamento da missão do Papa: encontros e desencontros à luz da perícope de MT 16,13-20

*The apostle Peter as the foundation of the Pope's
mission: meetings and disenches in the light of the
pericope of MT 16,13-20*

NEY DE SOUZA^a

TIAGO COSMO DA SILVA DIAS^b

Resumo

O artigo se propõe a analisar um dos principais fundamentos bíblicos da missão do papa, que está em Mt 16,13-20, no intuito de verificar se é possível constatar que, historicamente, pode-se falar de um primado do apóstolo Pedro sobre as demais igrejas, bem como entender se esta fundamentação bíblica hoje pode ser tida como palavra definitiva e imutável para a questão do primado e, até, da infalibilidade papal, a partir da expressão “ligar e desligar”. Naturalmente que não se pretende, aqui, fazer todo um resgate histórico, desde Pedro ao papa atual, para explicar as nuances próprias do desenvolvimento do papado. A questão é que, quase sempre, a Tradição se apoia na perícope de Mateus para justificar o papado e o primado, e as análises aqui propostas visam buscar se esta fundamentação bíblica é realmente suficiente para isso. Por isso, o artigo se desenvolve em três momentos distintos:

^a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil. Pós Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e-mail: nsouza@pucsp.br

^b Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil. Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e-mail: pe.tiagocosmo@gmail.com

primeiro, fazendo uma análise da figura de Pedro no Novo Testamento; depois, propondo uma análise da perícopa em questão para, no fim, refletir sobre o paralelo que há entre a Igreja de Roma e Pedro.

Palavras-Chave: Papa. Pedro. Pedra. Igreja.

Abstract

The article proposes to analyze one of the main biblical foundations of the Pope's mission, which is in Mt 16,13-20, in order to verify if it is possible to verify that, historically, one can speak of a primacy of the Apostle Peter over the other churches, as well as to understand if this biblical foundation today can be taken as a definitive and immutable word for the question of primacy and even papal infallibility, based on the expression "binding and loosing". Naturally, it is not intended here to make an entire historical review, from Peter to the current pope, to explain the specifics of the development of the papacy. The point is that, almost always, Tradition relies on the pericope of Matthew to justify the papacy and the primacy, and the analyzes proposed here aim to seek if this biblical foundation is really sufficient for that. Therefore, the article is developed in three distinct moments: first, analyzing the figure of Peter in the New Testament; then, proposing an analysis of the pericope in question to, in the end, reflect on the parallel that exists between the Church of Rome and Peter.

Keywords: Pope. Peter. Stone. Church.

Introdução

Segundo as definições da Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, de 1870, promulgada durante o Concílio Vaticano I (1869-1870), o papa, bispo da diocese de Roma, tem na Igreja Católica poder ordinário, supremo, pleno, imediato e universal, que pode exercer sempre e livremente (COD, p. 814). Em virtude do primado de jurisdição sobre toda a Igreja, o papa não tem poder apenas sobre a Igreja universal, mas também a primazia do poder ordinário sobre todas as igrejas particulares e entidades que as congregam. O Vaticano I, na mesma Constituição, também definiu que o bispo de Roma goza de infalibilidade, em matéria de fé e de costumes, quando fala *ex cathedra*.

A questão é que essas prerrogativas estão fundamentadas em Mt 16,16, na qual Jesus disse a Pedro: “Tu és Pedro e sobre esta pedra eu edificarei a

minha Igreja”. Na verdade, no Vaticano I os três pontos da doutrina bíblica destacados foram: a unicidade da relação entre Pedro e Cristo (*uni Simoni Petro; solum Petrum*), a transmissão *imediata* do primado por Cristo a Pedro, sem passar pela Igreja e, por fim, a marca *jurisdicional* desse primado, que se manifesta pelo “ligar-desligar” (THEOBALD, 2006, p. 262).

O que se põe em discussão, porém, é se realmente este texto é suficiente para fundamentar todo este escopo da missão do papa, nos moldes em que hoje está estabelecida e foi, inclusive, definida como dogma de fé – no que diz respeito ao primado de jurisdição e à infalibilidade *ex cathedra*. Para isso, faz-se necessário retornar às Sagradas Escrituras para entender quem foi Pedro e sua ligação com a igreja de Roma, na tentativa de se chegar a uma consideração mais precisa.

Pedro no Novo Testamento¹

No Evangelho de Marcos, ao se estabelecer a lista dos doze, Simão é o primeiro a ser nomeado, a quem, se menciona, Jesus impôs o nome de Pedro (Mc 3,15b). Sabe-se que é pescador, porque inclusive está trabalhando quando Jesus o chama (Mc 1,16). Sua sogra foi curada por Jesus (Mc 1,29-31). Ele é o último dos apóstolos do qual se fala em Marcos: narra-se uma aparição celestial às mulheres, com uma mensagem “a seus discípulos e a Pedro” (Mc 16,7). Em Marcos, Pedro é o porta-voz dos discípulos (Mc 8,27-33; 9,2-6; 10,28-30; 11,20-22; 14,26-31; 16,7), embora essa liderança não leve o evangelista a idealizá-lo ou engrandecê-lo. Ao contrário, Pedro tem uma imagem errônea do messianismo de Jesus e recebe o duro qualificativo de “satanás” (Mc 8,27-33); na ceia, Jesus prevê suas negações (Mc 14,29-31), e se nota claramente um contraste entre o chamado vocacional a seguir Jesus e o seguimento “de

¹ A apresentação do apóstolo Pedro seguirá a ordem histórica dos Evangelhos conforme a datação organizada por Marguerat (2012).

longe”, depois da prisão (Mc 14,54). De alguma forma, Pedro personifica os discípulos, no seguimento, até o pátio do sumo sacerdote (Mc 14,54) e na fuga.

Em síntese, Marcos se interessa especialmente por Pedro, mas não é claro se isso ocorre por causa dele concretamente, ou se na verdade trata-se de um modelo que simboliza todos os discípulos. O que é certeza é que “não há alusão alguma ao seu apostolado posterior na Igreja, eventualmente com a exceção de uma alusão indireta a ele ao chamá-lo de ‘pescador de homens’ (Mc 1,17)” (ESTRADA, 2005, p. 412).

No Evangelho de Mateus, constata-se um grande interesse por Simão, comumente chamado Pedro, ao contrário do Evangelho de Marcos. Pedro é um dos primeiros discípulos (Mt 4,18-19), o primeiro da lista dos “doze apóstolos” (Mt 10,2) e aquele que toma a palavra em nome de todos (Mt 15,15; 17,24-27; 18,21-22; 19,27), embora Mateus mencione, mais que Marcos, a atividade grupal dos discípulos em torno de Jesus, sem mencionar um ou outro. Há em Mateus uma certa tendência a enaltecer Pedro: só ele pede para andar sobre as águas como Jesus (Mt 14,28-31), confessa a sua divindade e recebe uma promessa pessoal (Mt 16,16-19) e paga, com ele, o tributo ao templo (Mt 17,27-27) (ESTRADA, 2005, p. 412-413).

Lucas, o terceiro Evangelho, reforça o nome Pedro, também em correspondência com as funções por ele desempenhadas nos Atos dos Apóstolos. Lucas o denomina de Pedro 18 vezes, e outras 11 de Simão, usando uma só vez “Simão Pedro” (Lc 5,8). Entretanto, o Evangelho começa a chamá-lo de Pedro somente depois de narrar a passagem na qual Jesus escolheu os doze discípulos para torná-los apóstolos (Lc 6,14), confirmando, assim, a origem apostólica do nome “Pedro”. Há convergência entre Lucas e Mateus ao se sublinhar o papel decisivo de Pedro depois da morte de Jesus, o que provavelmente corresponde à realidade histórica, embora eles acabem divergindo na forma de fazê-lo. Pedro é o último apóstolo nomeado em Lucas (24,34) e o primeiro mencionado no livro de Atos (1,13). Lucas é também o

único Evangelho a fazer referência explícita a uma aparição do Ressuscitado a Pedro (Lc 24,34). No fim, para o terceiro Evangelho, o importante é a missão apostólica, dentro da qual se enquadra o significado de Pedro como o apóstolo que acompanhou Jesus e que foi testemunha de sua ressurreição (ESTRADA, 2005, p. 417-419).

No que diz respeito ao quarto Evangelho, parte-se da premissa de que João escreve quando já se desenvolveu o processo institucional da Igreja e já surgiram as primeiras críticas e reservas a essa evolução². Ao mesmo tempo, a figura de Pedro já se havia transformado na do apóstolo mais universal e mais aceito. No entanto, embora João não renegue Pedro e nem apresente dele uma imagem negativa, o mais destacado entre os discípulos é o chamado discípulo amado; e isso não pela sua liderança na comunidade, sequer mencionada, mas sim pela sua proximidade e intimidade com Jesus. Apesar da imagem tradicional de Pedro como líder ser mantida, ele é, ao mesmo tempo, apresentado também como exemplo da incompreensão dos discípulos a respeito do messianismo de Jesus. É em João que Pedro corta a orelha do servo do sumo sacerdote (Jo 18,10-11) e protesta, além de não aceitar que Jesus lave os seus pés (Jo 13,8) (ESTRADA, 2005, p. 419-421).

Nessa mesma linha se coloca a passagem final de João, que é um acréscimo posterior ao Evangelho³, na qual Pedro confirma por três vezes seu “amor”, marcadas suas diferenças, a Cristo. Bento XVI, quando papa, afirmou que, extrapolando o dado de uma missão conferida a Pedro, o Evangelho

² Aqui parte-se da análise de dois autores. O primeiro é Carson (2010, p. 82-83), que afirma que qualquer data entre 55 e 95 d.C. é possível para o Quarto Evangelho, embora arrisque 80 d. C. Zumstein (2012, p. 459-460), de outro lado, afirma que o único contexto evocado por João explicitamente é o confronto entre os discípulos e a Sinagoga e, em particular, a exclusão dela (9,22; 12,42; 16,2). Para ele, essa exclusão se situa nos anos 80-90. Logo, o autor afirma que João foi composto depois da ruptura com a sinagoga dos fariseus, isto é, após 85. Segundo Zumstein, “é portanto razoável propor o fim do século I como data de composição”.

³ Esta passagem é também usada pelo Concílio Vaticano I para fundamentar o primado de jurisdição (ver COD, p. 812).

apresenta uma questão humana e pontual: o arrependimento diante das traições, quando o Mestre estava prestes a ser morto.

[...] Antes da experiência da traição, o Apóstolo teria certamente respondido: 'Amo-Te (*agapô-se*) incondicionalmente'. Agora, que conheceu a amarga tristeza da infidelidade, o drama da própria debilidade, diz apenas: 'Senhor... tu sabes que sou deveras teu amigo (*filô-se*), isto é, 'amo-te com o meu pobre amor humano'. Cristo insiste: 'Simão, tu amas-Me com este amor total que eu quero?'. E Pedro repete a resposta do seu humilde amor humano: '*Kyrie, filô-se*', 'Senhor, tu sabes que eu sou deveras teu amigo'. Pela terceira vez Jesus pergunta a Simão: '*Fileís-me?*', 'tu amas-Me?'. Simão compreende que para Jesus é suficiente o seu pobre amor, o único de que é capaz, e, contudo, sente-se entristecido porque o Senhor teve que lhe falar daquele modo. Por isso, responde: 'Senhor, Tu sabes tudo; Tu bem sabes que eu sou deveras teu amigo! (*filô-se*)'. Seria para dizer que Jesus se adaptou a Pedro, e não Pedro a Jesus! É precisamente esta adaptação divina que dá esperança ao discípulo, que conheceu o sofrimento da infidelidade. Surge daqui a confiança que o torna capaz do seguimento até ao fim: 'E disse isso para indicar o gênero de morte com que ele havia de dar glória a Deus. Depois destas palavras, acrescentou: 'Segue-me" (Jo 21,19) (BENTO XVI, 2018, p. 214-215).

Em outras palavras, o texto tem a preocupação de mostrar que a queda de Pedro é equilibrada porque Cristo lhe confia a tarefa de apascentar o seu rebanho. Indiretamente, concede-lhe um posto de responsabilidade na Igreja (Jo 21,15-17), como em Mateus, mas de forma diferente, estabelecendo um paralelo entre Jesus, o bom pastor (Jo 10,1-18), e Pedro, pastor do seu rebanho, como ocorre em outra tradição tardia (1Pd 5,1-4). Carson estabelece um paralelo importante entre as perícopes de Mateus e de João, e já faz uma afirmação contundente:

[...] alguns estudiosos católico-romanos usaram essa passagem [Jo 21,15-17] para estabelecer a primazia de Pedro como o primeiro pontífice, com direitos de governo e autoridade. [...] Quando João 21.15-17 é ligado à habitual exegese católica romana de Mateus 16.16-19, o argumento torna-se plausível. No entanto, fora as questões da sucessão, que certamente não estão em vista em Mateus 16.13-20 ou em João 21.15-17, nem o ostensivo elo entre as duas passagens é muito seguro. Mateus 16.13-20, certamente, estabelece uma função única para Pedro na *fundação* da igreja – isto é, estabelece o que tem sido chamado do 'seu primado histórico-salvífico'. Isso

não o coloca em uma posição de autoridade governante sobre os outros apóstolos. Quanto a João 21.15-17, nem a preeminência fundadora, nem a autoridade comparativa está em vista. É verdade que a figura do pastor pode ser usada para retratar autoridade. Mas essa passagem não estabelece que Pedro tenha relativamente mais autoridade que outros 'pastores' do rebanho de Deus (CARSON, 2007, p. 678-679).

Apesar disso, é salutar apontar que os Atos dos Apóstolos são, em sua primeira metade, os atos de Pedro e dos outros. Desde o primeiro momento, Pedro é o líder da incipiente Igreja e é ele quem propõe a eleição de Matias para cobrir o lugar deixado por Judas, embora não seja ele quem decida, já que da eleição participa toda a comunidade (At 1,23-26). Pedro, porém, assume a liderança tomando a palavra depois da experiência de Pentecostes (At 1,13.15; 2,14.37-38) e é também com João, aquele que faz milagres (At 3,1.4.6; 9,34.39-43), que faz o primeiro discurso ao povo judeu (At 3,11-26), presta contas ao Sinédrio (At 4,8-13.19), intervém nos primeiros conflitos comunitários (At 5,3.8-9), protagoniza as primeiras curas (At 5,15) e toma a palavra diante das autoridades, depois de ter compartilhado a prisão com os demais companheiros (At 5,29) (ESTRADA, 2005, p. 422-423).

Por outro lado, não há a menor alusão lucana a um vínculo entre Pedro e Roma, o que ocorre com Paulo (At 28,16-30). Fato, porém, é que da mesma forma que as cartas pastorais se refugiam na autoridade de Paulo para legitimar o processo de institucionalização de fins do século I, assim também Lucas utiliza Pedro para harmonizar a teologia paulina com a de Tiago, contribuindo, assim, para a estabilidade da Igreja (ESTRADA, 2005, p. 425).

Uma tentativa de análise de Mt 16,13-20⁴

No evangelho de Mateus, o discípulo Pedro aparece de três formas distintas: ora tratado apenas por Simão (4,18; 10,2; 16,17), ora por Pedro (8,14; 14,28-29; 15,15; 16,18; 16,22-23; 17,4; 18,21; 19,27), e, uma vez ainda, por Simão Pedro (16,16). Estrada (2005, p. 410) salienta que

[...] É preciso distinguir entre o judeu Simão e o Pedro cristão, entre o personagem da vida de Jesus e o apóstolo da Igreja. Ambos são a mesma pessoa, mas as afirmações sobre eles correspondem a diferentes etapas de sua vida. O problema está no fato de que, no Novo Testamento, tudo é misturado, e a significação de Pedro é projetada retrospectivamente na vida do discípulo de Jesus, o judeu Simão.

Fato, porém, é que as três formas de o chamar aparecem, exclusivamente, na tradicional perícopé utilizada, comumente, para justificar o papado.

Chegando Jesus ao território de Cesaréia de Filipe, perguntou aos discípulos: "Quem dizem os homens ser o Filho do homem?" Disseram: "Alguns dizem que é João Batista, outros que é Elias, outros, ainda, que é Jeremias ou um dos profetas". Então lhes perguntou: "E vós, quem dizeis que eu sou?" Simão Pedro, respondendo, disse: "Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo". Respondendo, Jesus lhe disse: "Bem aventurado és tu, Simão, filho de Jonas, porque não foi carne ou sangue que te revelaram isso, e sim meu Pai que está nos céus. Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do Hades nunca prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos Céus e o que ligares na terra será ligado no céu, e o que desligares na terra será desligado nos céus". Em seguida, proibiu severamente aos discípulos de falarem a alguém que ele era o Cristo (Mt 16,13-20).

O que se nota na perícopé é que há uma correspondência entre o *Tu és* de Pedro a Jesus e o de Jesus a Pedro: Messias não indicava propriamente um

⁴ A ideia aqui não é fazer anacronismos. No entanto, como se pretende discutir a missão do papa, a proposta de se olhar o texto utilizando os métodos hermenêuticos contemporâneos pretende apontar justamente que é possível dar outra interpretação à referida perícopé e, como tal, repensar os fundamentos postos pelo Concílio Vaticano I para justificar os moldes da atividade papal.

nome, mas uma função, assim como Pedra (MATEO; CAMACHO, 1993, p. 184). É nesse aspecto que entra a missão de “ligar e desligar”, tomada da linguagem rabínica, que significa, por um lado, o poder de tomar decisões doutrinárias e, por outro, o poder disciplinar, ou seja, o direito de impor ou levantar a excomunhão. Além do mais, o paralelismo “na terra e nos céus” indicaria que as decisões eclesiais de Pedro valeriam também diante de Deus (RATZINGER, 2015, p. 40).

Mateo e Camacho (1993, p. 186), porém, afirmam que o evangelista pretendia, com esse texto, expor um tratado sobre a fé em Jesus: é a fé que permitirá a construção de uma sociedade humana nova, a “igreja de Jesus” ou o Israel messiânico. Sua base inamovível é a fé em Jesus como Messias Filho de Deus vivo, e todo aquele que der semelhante adesão a Jesus será pedra utilizável para a construção dessa cidade.

Desta premissa, pode-se inferir que a rocha sobre a qual se edifica a Igreja não é Pedro, mas a fé que professou, e todo aquele que igualmente professá-la torna-se uma pedra viva da Igreja de Jesus: “Do mesmo modo, também vós, como pedras vivas, prestai-vos à construção de um edifício espiritual, para um sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais a Deus por Jesus Cristo” (1Pd 2,5). Contudo, como bem salientou Carson (2010, p. 431), “se não fosse pela reação protestante contra os extremos da interpretação do catolicismo romano, seria duvidoso que muitos considerassem que ‘pedra’ fosse alguma outra coisa ou outra pessoa que não Pedro”.

O que aparece, portanto, nesta perícopa é a profissão de fé da comunidade de Mateus que, contrariando a expectativa popular de um Messias triunfalista, filho de Davi, apresenta Jesus como o Filho de Deus vivo. Logo, a profissão de fé de Pedro é a rocha sobre a qual Jesus constrói a Igreja

(16,18) (CNBB, 1998, p. 103). É fato que Pedro recebeu o poder de ligar e desligar (16,19), mas os discípulos também (18,18)⁵.

[...] o que fez Simão Pedro ser Pedro e pedra não foi a sua pessoa, mas a sua profissão de fé. Esta ocupa o centro. É sobre a fé em Jesus como Cristo e Filho de Deus, proferida pela primeira vez por Simão Pedro, que se construirá sempre a Igreja, ontem e hoje. O importante não foi a sua pessoa, mas a sua fé [...]. Portanto, a Igreja se constrói sobre a fé de Pedro e de todos os seus seguidores nos séculos posteriores. Sem essa fé não há Igreja. Por isso, a definição teológica mais correta de Igreja é “comunidade dos que tem fé (*communitas fidelium*)”. Este é o sentido original, entendido desta forma nos primeiros séculos, e somente posteriormente, nas polêmicas sobre qual a Igreja teria a primazia, começou a se colocar o acento sobre a pessoa de Pedro, e não sobre o que verdadeiramente conta, a sua fé. Onde as pessoas se reunirem ao redor desta fé professada por Pedro, aí nasce a Igreja [...] (BOFF, 2013, p. 127).

Em outras palavras, é em troca de sua confissão que Pedro recebe um elogio e uma responsabilidade: é do seu reconhecimento que nascerá a Igreja, a comunidade de todos aqueles que reconhecem em Jesus, na sua palavra e ação, o germe de uma nova humanidade, liberta para mais vida (STORNILO, 1991, p. 118).

Num outro contexto, Jesus declara a Pedro: “Eu rezei por ti, para que tua fé não desfaleça. E tu, quando convertido, confirma teus irmãos” (Lc 22,32). Desfalecer é falhar, termo que a seu modo anuncia a infalibilidade. A fé de Pedro, efetivamente, “desfaleceu” no momento de sua negação. E Pedro, “quando convertido” (provavelmente, à fé), deve por sua vez confirmar seus irmãos. Esta promessa era recebida num clima de grande humildade, porque se trata de um carisma que ia ser levado em vasos de argila. O ensinamento dos apóstolos manifestará a consciência de sua responsabilidade para anunciar a verdadeira fé e para velar a fim de que as comunidades cristãs guardem essa fé em toda a sua verdade. O ensinamento de Paulo mostra que o mesmo cuidado e a mesma responsabilidade são transferidos a toda a geração apostólica. O Evangelho de Paulo é o Evangelho de Cristo. Os dons de Cristo são sem arrependimento. Por isso, o Novo Testamento, composto dos escritos que remontam a essa época, é munido do dom da inerrância. Trata-se, pois, de um dom (SESBOÜÉ, 2014, p. 74).

⁵ Esta informação, diga-se de passagem, foi omitida pelo Vaticano I que, em contrapartida, mencionou a ocasião em que Jesus se referiu a Pedro como *Cefas* (ver COD, p. 812).

Se a análise textual permite chegar a esta verdade, ainda sobre o texto de Mateus, Estrada propõe um caminho ainda mais consternador:

[...] Essa redação é uma criação do evangelista Mateus, o qual apresenta um fato histórico ocorrido depois da cruz. É provável que o texto não seja invenção pessoal sua, mas que recolha uma tradição mais antiga. Depois da morte de Jesus, iniciou-se o processo de desintegração da comunidade de discípulos. O fracasso final do mestre gerou uma dinâmica de dispersão e de dissolução da comunidade. Provavelmente muitos discípulos começaram a fugir dela por medo das autoridades religiosas. [...] Então, ocorre a um apóstolo a primeira manifestação do Ressuscitado, a primeira epifania a Pedro, da qual falam as demais tradições (1Cor 15,5). Em consequência disso, não só se começa a propagar-se a notícia de que o Crucificado ressuscitou, mas inverte-se a tendência e todos começam a unir-se ao redor de Pedro e dos discípulos (ESTRADA, 2005, p. 415-416).

Apesar desta constatação, não se pode ignorar que, destacadas as diferenças, uma mesma versão do texto de Mateus aparece em Marcos (8,29) e Lucas (9,18-20). Logo, aceitar a tese da construção do texto como uma invenção da comunidade mateana significaria ignorar um dado primordial: a fé da comunidade primitiva que acolheu os Evangelhos como Palavra de Deus. Numa coisa, portanto, Estrada (2005, p. 417) parece ter razão: o evangelista Mateus nunca apresentou Pedro com uma autoridade diferente da dos demais discípulos, embora a perícopes do capítulo 16 lhe tenha dado um destaque diferente, visto que só a ele foi dirigida a promessa de construir a Igreja sobre a pedra. Ainda assim:

[...] Aqui, Jesus edifica sua igreja; em 1Coríntios 3.10, Paulo é um “sábio construtor”. Em 1Coríntios 3.11, Jesus é a fundação da igreja; em Efésios 2.19,20, os apóstolos e os profetas são a fundação da igreja (cf. também Ap 21.14), e Jesus é a “pedra angular”. Aqui, Pedro tem as chaves; em Apocalipse 1.18; 3.7, Jesus tem as chaves. Em João 9.5, Jesus é a “luz do mundo”; em Mateus 5.14, seus discípulos são a luz do mundo. Nenhum desses pares de metáforas ameaça a singularidade de Jesus. Eles apenas mostram como as metáforas devem ser interpretadas principalmente em relação ao seu contexto imediato (CARSON, 2010, p. 431-432).

No entanto, o Vaticano I isolou a figura de Pedro e afirmou com contundência:

Se, pois, alguém disser que o bem-aventurado Pedro Apóstolo não foi constituído por Jesus Cristo príncipe de todos os Apóstolos e chefe visível de toda a Igreja militante; ou que ele recebeu, direta e indiretamente, do mesmo Senhor nosso Jesus Cristo, apenas um primado de honra, não porém um primado de jurisdição verdadeira e própria: seja anátema (COD, p. 812).

Apesar dessas análises, o cânon com que a Constituição *Pastor Aeternus* finaliza o primeiro capítulo é claro e representa, sem dúvidas, um impasse quando se pensa numa discussão sobre a fundamentação bíblica da missão do papa, especialmente quando se lhe pretende analisar os fundamentos histórico-dogmáticos.

A Igreja de Roma e Pedro

A questão agrava-se ainda mais quando, por exemplo, Küng (2012, p. 77) destaca que o Novo Testamento nada diz sobre Pedro algum dia ter estado em Roma, e tampouco se lê algo a respeito de um sucessor de Pedro – e, automaticamente, de um sucessor de Pedro em Roma.

Nada se sabe da vida de Pedro em Roma, de sua pregação e das circunstâncias de seu martírio, a não ser algumas esporádicas alusões feitas por alguns escritores do século III, cujo valor histórico, segundo Estrada (2005, p. 446), é pouco confiável porque nelas se mesclam lendas, devoções e comentários pouco relevantes.

Ao mesmo tempo, as diversas listas episcopais romanas que se conhecem são tardias e não coincidem nem nos nomes e nem na cronologia. Aliás, a comunidade judaica não possuía um governo centralizado, mas estava dispersa nas sinagogas, o que corrobora a hipótese de que demorou até que surgisse o primeiro bispo monárquico de Roma. Logo:

[...] não há uma sucessão episcopal inicial, nem a sucessão apostólica pode ser entendida de forma mecânica. Quem tem importância é a Igreja de Roma como tal, pelo fato de ser capital do Império e pela sua importância econômica e política; por ser uma Igreja muito conhecida, tendo vínculos com todas as demais Igrejas (como o demonstra a *Carta de Clemente de Roma aos coríntios*); por sua hospitalidade e generosidade (Inácio de Antioquia afirma que ela foi posta como cabeça na caridade, e isso é corroborado por Dionísio de Corinto); e, somente por último, pela sua dupla relação apostólica entre Pedro e Paulo (ESTRADA, 2005, p. 448-449).

Do ponto de vista histórico, a igreja romana contava com importantes recursos econômicos, que eram empregados no atendimento aos pobres e aos visitantes de outras igrejas, razão pela qual Roma sempre foi famosa pela sua excelente administração e eficiência, como correspondência à capital do grande império. Ainda assim, disso não se deve deduzir uma primazia jurídica nem uma primazia apostólica da igreja romana. Sequer há nela a menor alusão a Pedro para sustentar quaisquer direitos sobre as demais igrejas. Além do mais:

[...] parece que o texto não está interessado em se as decisões de Pedro (ou da Igreja) são infalíveis. Sua preocupação é com o papel que os discípulos de Jesus devem desempenhar nessa nova fase da história da redenção (CARSON, 2010, p. 439).

Na verdade, tanto no plano histórico quanto no teológico, Jerusalém era a primeira igreja e nela eram resolvidos os problemas apresentados por outras igrejas, como Antioquia, Éfeso ou as demais igrejas paulinas, às quais Tiago envia delegados (1Cor 9,5; Gl 1,6-7; 2,12; At 21,18-21). Se havia, portanto, uma igreja primaz no século I, é a de Jerusalém, cujo chefe era Tiago, que garantiu a sua autoridade em Jerusalém quando Pedro abandonou a igreja depois da perseguição de Heródes Antipas, a qual não atingiu o grupo estrito de judeus-cristãos seguidores de Tiago, e sim os de Pedro (At 12-17).

Souza e Dias (2021, p. 105) registram que os primeiros testemunhos de uma primazia romana datam da época de Cipriano de Cartago (210?-258), que

interveio corroborando a atitude do papa Cornélio (251-253) com relação aos *lapsos*, ou seja, os apóstatas da fé durante as perseguições. Cipriano foi o primeiro a falar de uma “cátedra de Pedro” em Roma⁶. Ambrósio (334?-397) também escreveu que “onde está Pedro, aí está a Igreja”, e Jerônimo (347-419), dirigindo-se ao papa Dâmaso, registrou: “Não sigo a ninguém como cabeça, a não ser a Cristo somente, e por isso quero permanecer em comunhão contigo, isto é, com a Sé de Pedro. Eu sei que sobre este rochedo está fundada a Igreja” (JERONIMO *apud* SCHMAUS, 1983, p. 155).

Como se pode constatar, a Tradição quase sempre interpretou o texto de Mateus como fundamento para o primado e a missão do papa, pois, “para aquele que, com a fé da Igreja, lê a Bíblia como palavra de Deus, a validade de uma palavra não depende das hipóteses históricas sobre sua forma primitiva e de sua origem” (RATZINGER, 2015, p. 37).

Não se pode esquecer, porém, que o bispo de Roma possui três âmbitos distintos de autoridade: enquanto bispo de uma igreja local, a romana; enquanto patriarca do Ocidente (onde ele exerce uma autoridade semelhante à dos bispos de Alexandria e de Antioquia e seus patriarcados); e enquanto primaz da Igreja universal. A autoridade em Roma é indiscutível, visto que se impôs a ideia segundo a qual cada igreja deve ter somente um bispo, contra as pretensões dos antipapas. No Ocidente, a primazia se desenvolveu progressivamente, mais na prática do que na teoria, sendo frequentes os recursos a ela quando havia enfrentamentos entre as igrejas ou conflitos episcopais. Por outro lado, até o século IV não havia pretensão de primazia sobre as igrejas orientais (ESTRADA, 2005, p. 452).

Nesse sentido, a posição de Alberigo (1995, pp. 383-384) se endossa: há uma lacuna na Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, porque no capítulo que se argumenta sobre a “perpetuidade do primado de Pedro nos romanos

⁶ Cipriano afirma que todos os bispos são sucessores de Pedro. Foi ele que, pela primeira vez na história, utilizou a passagem de Mt 16,16-18 para legitimar a autoridade não do bispo de Roma em geral, mas de todos os bispos em particular (ver ESTRADA, J. A., *op. cit.*, p. 450).

pontífices”, ligada diretamente à vontade divina, o texto sublinha essencialmente a relação pessoal entre o apóstolo e os bispos de Roma, nada falando sobre a Igreja romana, que também tivera um papel decisivo na tradição teológica do primado.

Considerações

Há diversas passagens nas Escrituras por meio das quais se poderia deduzir um primado de Pedro sobre os demais apóstolos e, automaticamente, também sobre a Igreja, de onde se extrairia o fundamento da missão do papa, “sucessor de Pedro”. Em geral, essa é a interpretação que, no catolicismo romano, quase sempre se sobrepôs, especialmente naquilo que diz respeito ao texto de Mt 16,13-20, referindo-se ao poder de ligar e desligar. Outros textos, como Jo 21,15-17, também são usados nesse intuito. Todavia, destes textos não se pode deduzir, naturalmente, todos os aspectos de que o papado se revestiu ao longo dos séculos, muitos próprios e sujeitos ao tempo em que emergiram. Foi com essa consciência que, em 1995, o papa João Paulo II pediu ajuda aos teólogos para pensar em uma maneira de o papa exercer a sua missão de modo a ser mais fiel àquilo que Jesus quisera (UUS 95-96).

De fato, ao comentando a infalibilidade e o primado de jurisdição do papa, dogmas que estão praticamente fundamentados, em perspectiva bíblica, apenas no texto de Mt 16,13-20, McBrien (2013, p. 352) afirma que “nenhuma definição poderia estar mais afastada da teologia e prática da Igreja universal, tanto ocidental como oriental, no primeiro milênio cristão”.

O que se quer dizer, no fim, é que existe hoje uma grande encruzilhada histórica e teológica porque a monarquia papal que se desenvolveu no segundo milênio, confirmada pelo Concílio de Trento e ampliada pelo Concílio Vaticano I, obedece a um conjunto de fatores históricos e teológicos que

extrapola o Novo Testamento e a figura de Pedro. Logo, o primado, ministério da unidade, transformou-se num fator que o torna irrealizável.

Estrada (2005, p. 487), porém, afirma que o conhecimento mais qualificado da história e da exegese permite uma reavaliação do primado, distinguindo entre o primado como instituição, que se inspira no ministério petrino e que foi exercido desde a Igreja antiga, e a organização monárquica e centralizada de que ele se revestiu.

Nesse sentido, a questão hoje não é se há, na Sé de Roma, um bispo aberto ou conservador, mas sim se é “possível criar uma estrutura que seja ecumenicamente aceitável, eclesialmente eficaz e teologicamente inspirada no Novo Testamento” (ESTRADA, 2005, p. 488). O problema, depois do Vaticano I, é a própria instituição do papado, e a análise de como surgiu o primado deve servir para uma revisão profunda de suas funções e de sua identidade.

Referências

- ALBERIGO, G. O Concílio Vaticano I (1869-1870). In: ALBERIGO, G. (org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995. p. 365-390.
- BOFF, L. O Papa Francisco e a Refundação da Igreja. In: SILVA, J. M. (org.). *Papa Francisco: Perspectivas e Expectativas de um Papado*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 121-129.
- CARSON, D. A. *O Comentário de João*. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.
- CARSON, D. A. *O Comentário de Mateus*. São Paulo: Shedd Publicações, 2010.
- CNBB. *Ele Está no Meio de Nós! O Evangelho segundo Mateus*. São Paulo: Loyola, 1998.
- CONCÍLIO VATICANO I. Prima constituzione dogmatica sulla chiesa di Cristo. In: ALBERIGO, G.; DOSSETTI, G. L. et. al. *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*. Bologna: Edizioni Dehoniane Bologna, 1991. p. 811-816.
- ESTRADA, J. A. *Para Compreender Como Surgiu a Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- KÜNG, H. *A Igreja tem salvação?* São Paulo: Paulus, 2012.
- MARGUERAT, D. (org.). *Novo Testamento. História, Escritura e Teologia*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

- MATEO, J.; CAMACHO, F. *O Evangelho de Mateus*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- MCBRIEN, R. P. *Os Papas. Os Pontífices: De São Pedro a São João Paulo II*. 3. ed. Trad. de Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Loyola, 2013.
- PAPA BENTO XVI. Pedro, o Apóstolo. In: PAPA BENTO XVI. *Oração e Santidade. Catequeses ao Povo de Deus*. São Paulo: Molokai, 2018. v. 1, p. 214-218.
- PAPA JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, sobre o Empenho Ecumênico. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.
- RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje. Vocação para a Comunhão*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- SCHMAUS, M. *A fé da Igreja*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SESBOÜÉ, B. História e Teologia da Infalibilidade da Igreja. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 46, n. 128, p. 71-88, jan./ abr. 2014.
- SOUZA, N.; DIAS, T. C. S. Por uma reforma do Papado: história, apelos e caminhos à luz do pontificado do Papa Francisco. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, PUC-SP, n. 98, p. 103-118, 2021.
- STORNILO, I. *Como Ler o Evangelho de Mateus*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 1991.
- THEOBALD, C. Do Vaticano I a 1950: Revelação, Fé e Razão, Inspiração, Dogma e Magistério Infalível. In: SESBOÜÉ, B.; THEOBALD, C. *História dos Dogmas. A Palavra da Salvação (séculos XVIII – XX)*. Trad. de Aldo Vannucchi. São Paulo: Loyola, 2006. p. 191-384.
- ZUMSTEIN, J. O evangelho segundo João. In: MARGUERAT, D. (org.). *Novo Testamento: história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2012. p. 437-470.

RECEBIDO: 21/05/2022
APROVADO: 09/07/2022

RECEIVED: 05/21/2022
APPROVED: 07/09/2022